Que mulher é essa?

Uma encruzilhada identitária entre travestis e transexuais

CARVALHO, Mario Felipe de Lima
Mestrando em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da UERJ
Bolsista CNPq
mariofelipec@yahoo.com.br

"*Acho que sou um Pokémon. Quando era novinha me chamavam de viado, depois virei uma bichinha pintosa, depois travesti. Agora, para chegar ao topo da evolução tenho que virar transexual*". Essa frase foi dita por uma travesti em meio ao debate sobre a diferenciação entre travestis e transexuais no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (2005, Brasilia-DF). Tal situação nos colocou a questão de como nas diferentes trajetórias de pessoas que vivem uma subversão do sistema sexo-gênero surgem as identidades travesti e transexual. Qual a marca dessa diferença nas histórias de vida? Quais os fatores envolvidos no deslizamento entre as categorias?

Este trabalho não pretende discutir a travestilidade e a transexualidade como conceitos a serem criteriosamente definidos, diferenciados ou aproximados; mas, a partir de relatos de pessoas que se colocam como travestis e transexuais, buscar uma compreensão das condições sociais que possibilitam a construção de uma identidade ou categoria transexual como deslizamento ou resignificação da vivência travesti. É importante lembrar que hoje há um esforço dentro do movimento LGBT por uma definição fixa que diferencie travestis de transexuais, e que não é nosso objetivo resolver este debate que faz parte das disputas políticas dos movimentos sociais e das proposições de políticas públicas identitárias. Além disso, sustentamos nossa hipótese da identidade transexual como deslizamento da identidade travesti no surgimento histórico das duas categorias no movimento LGBT e no âmbito médico.

Primeiramente é necessário compreender dois conceitos, que se complementam, desvio e estigma. Para Becker (2009) o desviante se caracteriza pela infração a uma regra ou a um conjunto de regras sociais. Estas por sua vez podem ser estabelecidas de diversas maneiras como na forma de uma lei, de um consenso social ou na construção de uma categoria patológica. Logo, a transgressão de uma regra caracterizaria o desvio. Assim, Becker se aproximará de uma sociologia mais relativista ao pensar no desvio como "a infração de alguma regra geralmente aceita", cuja análise deve levar em consideração que "*grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio* (...). Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma conseqüência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'" (p. 21-22).

Logo, o desvio é produto de uma interação. Para explicitar melhor podemos tomar alguns exemplos de Hélio Silva (1993, p. 127-128), nos quais podemos perceber que ser travesti só é possível na interação entre aquele que comete a infração às regras do sistema sexo-gênero e aquele que a percebe e nomeia como desvio.

> Os "curiosos" do travesti, que se comprazem em observá-los, tecem comentários minuciosos sobre a performance, procurando flagrar aquele aspecto, aquele gesto, aquela parte do corpo que trai o projeto, ou que o trairia. E, paradoxalmente, ficam extasiados naqueles casos raros em que não podem deixar de admitir:
> "É. Passa por uma mulher." (...)
> Um dos meus entrevistados (...) contou-me o enigma que o perseguia há anos. Há cerca de 14 anos, bêbado, encontrou à noite uma bela mulher, e por ela teve imediata e forte atração. Entram em seu carro e buscam uma rua

> erma. Fazem sexo ali dentro mesmo. A mulher diz estar "incomodada" e sugere sexo anal. Ele aquiesce. Consuma-se o ato. (...) E, se instala nele um terrível sentimento de nojo e vergonha, retrospectivo (...)
> "Eu trepei com um travesti. Eu acho que era um travesti".

Um processo semelhante também se encontra no trabalho de Bento (2006) no que tange ao diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (TGI) que caracterizaria o/a transexual verdadeiro/a, autorizando-se a cirurgia de transgenitalização. Para autora, o diagnóstico é produzido na relação com o médico. "A 'capacidade potencial' do saber médico em decidir os rumos das vidas desses sujeitos se esvanece quando se observam os jogos e as estratégias implícitas que perpassam o cotidiano do/a 'candidato/a' no hospital" (p. 62). Logo, o transtorno ou desvio surge na interação entre o saber médico que busca o diagnóstico e as performances de gênero que buscam evidenciá-lo.

Goffman (1988) coloca que os desviantes sociais serão indivíduos estigmatizados, uma vez que estejam fora da proteção do gueto e na interação com "as valorações expressivas hostis baseadas num ideal virtual de classe média" (p. 157). O estigma, portanto, é produzido na dissimetria entre a identidade social virtual (expectativas) e a identidade social real (atributos). É um traço que fará com que um indivíduo deixe de ser considerado "criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída" (p. 12). Tal traço não é necessariamente evidente, havendo assim, os desacreditados e os desacreditáveis. Os primeiros são aqueles que assumem que seu estigma é imediatamente evidente, enquanto os desacreditáveis assumem que o estigma é passível de ocultação. A passagem da ocultação à evidência do estigma está na interação entre os signos que transmitem a informação e a percepção de quem a recebe, a capacidade decodificadora da audiência; ou seja, na manipulação interativa da informação social.

Podemos, colocar algumas situações nas quais a visibilidade do estigma travesti e/ou transexual trazem situações de desconforto para o sujeito estigmatizado ou são necessárias nos mecanismos de manipulação da informação social. A situação na qual se busca incessantemente sinais que revelem uma "masculinidade" escondida, mesmo que tais sinais sejam possíveis em mulheres "biológicas"; ser chamado/a pelo nome de registro no hospital ao invés do nome social em consonância com a identidade de gênero "escolhida"[1]; ter que relevar a condição travesti a um cliente para não sofrer agressão posteriormente, ou a dificuldade social e subjetiva em um relacionamento amoroso de antes do contato sexual revelar a materialidade do estigma na existência de um pênis num corpo feminino; entre outros exemplos (BENEDETTI, 2005; BENTO, 2006; KULICK 2008; SILVA, 1993).

Tendo explicado resumidamente os conceitos de desvio e estigma, contextualizando-os na vivência travesti e transexual e sabendo que tais situações podem ser consideradas desviantes e estigmatizadas; podemos passar a compreensão das noções de carreira desviante e carreira moral dos autores do interacionismo simbólico. Como fizemos anteriormente, trataremos primeiro da noção de carreira desviante proposta por Becker e na seqüência, da noção de carreira moral proposta por Goffman.

---

[1] Tal situação, descrita no trabalho de Bento (2006), foi transformada a partir da PORTARIA Nº 675/GM – 30/03/2006 que estabelece: "a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico desrespeitoso ou preconceituoso".

Becker (2009), ao pensar sobre o primeiro ato de desvio, diz que é necessário se levar em consideração a possibilidade deste ato ser intencional ou não consciente, por mais que o senso comum tenda a considerar que todos os desvios são intencionais. No que tange a intencionalidade do primeiro passo, é preciso saber sobre o conhecimento das regras que estão sendo infringidas. Podemos levar em consideração a grande diversidade cultural que constrói diferentes regras sociais. No caso específico de travestis e transexuais, percebemos que a regra contrariada, ou seja, a regra de gênero, é por si só arbitrária, lembrando a famosa frase de Simone de Beauvoir, "ninguém nasce mulher, torna-se mulher".

Neste sentido, as normas de gênero são impostas na infância a fim de construir corpos masculinos e femininos em consonância com a genitália dentro de um sistema binário. Possivelmente todo este processo ocorra antes mesmo desta criança ter alguma consciência a cerca da existência de regras sociais. Talvez aí se encontre alguma compreensão para um certo essencialismo presente no relato de mulheres transexuais sobre o fato de sempre se sentirem meninas e a preferência desde a infância por "coisas e brincadeiras de meninas". Outro exemplo que podemos citar é a experiência sexual com homens na infância das travestis entrevistas por Kulick (2008), que é colocada como algo não intencional e sem consciência de uma infração a priori. Sendo assim, não há um primeiro passo definitivo na construção da carreira travesti ou transexual, mas um passo na transgressão do sistema sexo-gênero combinado ou não a não adequação a norma heterossexual. Não nos cabe localizar a gênese do desvio que deveria ser prevenido, como propõe algumas áreas da psicologia e da sexologia, mas compreender que a própria rotulação de desviante terá seu papel na constituição de condições materiais e simbólicas para o desenvolvimento da carreira desviante.

Por outro lado, existem as constantes tentativas de explicação dos desvios intencionais, centradas na motivação do indivíduo, por parte de teorias psicológicas (localizando o problema nas necessidades inconscientes) e de teorias sociológicas (procurando pontos de tensão entre posições sociais estruturadas). Porém, Becker (2009) considerará que tais pressupostos podem ser falsos na medida em que não são todas as pessoas que têm o impulso para cometer um desvio que acabem por cometê-lo. Assim, dever-se-ia ter uma preocupação maior com os "normais" que não se levam por seus impulsos desviantes.

Pensando sobre as pessoas "normais" Becker diz que

> De fato, o desenvolvimento normal das pessoas em nossa sociedade (e provavelmente e qualquer sociedade) pode ser visto como uma série de compromissos progressivamente crescentes com normas e instituições convencionais. A pessoa "normal", quando descobre em si um impulso desviante, é capaz de controlá-lo pensando nas múltiplas conseqüências que ceder a ele lhe produziria. Já apostou demais em continuar a ser normal para se permitir ser dominada por impulsos não-convencionais. (p. 38)

Logo, o desvio intencional pode vir de uma trajetória que evita o contato com a sociedade convencional ou de alguém que "não tenha nada a perder" devido a sua posição social. Essa situação fica clara nos relatos de vida colhidos por Kulick (2008), nos quais fatos como a expulsão de casa, a falta de perspectiva educacional e profissional, situação de pobreza, e a prostituição como recurso imediato de sobrevivência econômica e vivência de gênero e sexualidade, são recorrentes. Em

oposição a tais relatos, segue um fragmento de uma entrevista que realizamos com uma transexual em outro trabalho[2].

> *Eu trabalhei dez anos antes de me identificar publicamente com o meu gênero... eu fiquei escondendo minha identidade para eu poder ter um pouco de sucesso no meu trabalho (...) Eu trabalhava numa empresa multinacional, na área de marketing, e fazia uns nove ou dez anos que estava lá. E aí eu sempre tive a minha vida íntima como mulher, mas na empresa eu sempre fui andrógena. (...) A gente tem vergonha, a gente é meio traumatizada assim, você não consegue falar que é homem, mas ao mesmo tempo também não pode assumir que é mulher, sabendo que as pessoas não aceitam isso... e nem você sabe muito o seu futuro, quando você está estudando, quando está começando a trabalhar você não tem garantia nenhuma do seu futuro. Ou você assume de uma vez e vai achar um trabalho fácil que te aceite como a prostituição, ou (...) algum trabalho desses... Estereotipados assim, (...) como uma enfermeira de idoso, ou uma cabeleireira. Mas, você até consegue levar uma vida assim, se sustentar com o básico (...) Depois da cirurgia nem penso mais em problema, vou trabalhar em qualquer lugar... penso em ser uma tradutora de empresa grande, secretária executiva... penso em trabalhos grandes assim. Agora que eu já tenho uma... já me comporto de uma forma mais padrão e não estou mais naquela transição... andrógena ou transgênero. (...) Então, não sei como eu descobri essas coisas, mas eu me montava... eu ia no lugar onde as travestis estavam para trabalhar, para eu ir a noite com elas e conhecer os caras, isso desde os 18 anos. E eu era de uma família de classe média, eles não podiam nem sonhar que eu fazia isso. Então, você vê que é diferente mesmo a nossa trajetória, assim, uma transexual tem indícios desde nova por mais que ela não seja aquela transexual estereotipada, "eu sou mulher desde os 6 anos!"; não. Eu não era mulher desde os 6 anos. Eu não sabia muito o que eu era, mas eu sabia que homem eu não era. (...) Com 18 anos eu descobri o anciclin, que era um hormônio. Aí, cresceu peitinho tudo, depois minha tia que é psicóloga me colocou muito medo que eu ia ter câncer. Aí parei de tomar; aí eu vivi assim. (...)*
>
> [Sobre a escolha profissional por uma profissão não estereotipada, como prostituta ou cabeleireira]
>
> *Eu acho que foi mais influência da família e do meio social que eu vivia. Eu estudava numa escola particular aí fui pra uma escola federal. Eu estudava muito e era completamente longe da minha vivência não ter uma profissão assim que estava designada para mim.*

Apesar de ser um caso específico, acreditamos ser possível fazer algumas consideração. Tanto nos depoimentos colhidos por Kulick (2008), como no que acabo de apresentar, há um primeiro passo na transgressão do sistema sexo-gênero e da heteronormatividade, porém as condições sociais são bem diferentes. No trabalho de Kulick, a maioria das travestis vinham de famílias pobres do interior da Bahia ou da periferia de Salvador e a condição em que se encontravam as colocava de certa forma na posição de "não ter nada a perder". Essa situação é bem diferente da relatada por nossa informante, que mesmo tendo uma vivência com travestis, sua carreira desviante tomou outro rumo que envolveu, do nosso ponto de vista, a higienização e a medicalização de sua condição. Podemos, então, pensar que a distinção de classe e suas decorrências, como acesso a educação formal e uma perspectiva de um lugar social definido para si, deve ter uma influência nos deslizamentos entre as identidades travesti e transexual.

---

[2] "Trabalho e Transexualidade", estudo de caso realizado na disciplina "Prática de Pesquisa em Psicologia Social I" (Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP –USP).

Devemos também considerar que Bento (2006) nos diz que a maioria das transexuais que buscam o atendimento no Hospital das Clínicas de Goiânia são vulneráveis socialmente. Sobre esta questão, trataremos mais adiante ao falarmos da divulgação do processo transexualizador.

Neste processo pelo qual o desvio vira uma carreira, constrói identidades e toda uma maneira de viver, há um aprendizado do comportamento desviante como prazeroso e desejável a partir do contato social com outros desviantes. Para a compreensão deste processo de aprendizagem na construção da identidade travesti, Silva (1993), Benedetti (2005) e Kulick (2008) trazem relatos detalhados sobre a importância de processos como a ingestão de hormônios, aplicação de silicone, depilação, modulação da voz, dos gestos e do andar na construção de um feminino específico, o feminino travesti.

É válido ressaltar que Becker (2009) propõe que um dos principais passos na consolidação da carreira desviante é ser descoberto e rotulado como outsider. Esta imposição de um lugar no desvio pode se dar por si mesmo ou na interação social. "Em qualquer dos casos, ser apanhado e marcado como desviante tem importantes conseqüências para a participação social mas ampla e a auto-imagem do indivíduo" (p. 42). Assim, o indivíduo ganha um novo status, há uma mudança na sua identidade pública. O desvio se torna o principal traço identificador e conseqüentemente identificatório para o próprio indivíduo. "Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante produz uma profecia auto-realizadora" (p. 44).

Serão, então, inúmeros mecanismos sociais que estarão em ação para construir essa nova pessoa a partir da identidade desviante atribuída. Dependendo do desvio e do contexto social, será o saber médico, psiquiátrico e psicológico que lhe atribuirá o lugar de doente, ou a autoridade jurídica que lhe penalizará como criminoso, ou as autoridades morais que lhe sentenciarão como pervertido. É possível, inclusive que vários desses mecanismos atuem simultaneamente sobre o indivíduo, como a travesti ou a transexual prostituta que tem sua vivência de gênero patologizada, seu trabalho "criminalizado"[3] e sua imagem vista como uma agressão "à moral e aos bons costumes" da nossa sociedade.

Atualmente podemos perceber uma distinção na origem da atribuição do desvio entre travestis e transexuais. Enquanto as primeiras são pervertidas a partir do olhar moral da sociedade, as segundas são incorporadas numa categoria médico psiquiátrica. É evidente que a incorporação dos diferentes rótulos na construção da identidade tem suas repercussões e possivelmente constituirá trajetórias distintas. Ser um **desviante moral**, como no caso de travestis, implicará no manejo e na negociação constante com a oficialidade e a constituição de redes sociais associadas a marginalidade. Enquanto, ser um **desviante "mental"**, como no caso de transexuais, implicará numa incorporação total ou parcial da medicalização de sua vivência de gênero que provavelmente passará por um processo de construção identitária vinculado aos saberes e práticas médicas.

Também devemos ter em mente que ao ser identificado com desviante, uma série de impedimentos sociais podem ser colocados ao indivíduo. São inúmeros os relatos de travestis e transexuais que abandonam a escola devido ao preconceito e à violência, não havendo nenhuma relação direta entre travestilidade e incapacidade de ter uma instrução formal. Além da grande dificuldade de se ter um emprego formal ou ter acesso a serviços públicos sem passar pelo constrangimento de ser chamada por um nome no qual não se reconhece e que, além disso, a reinscreve no lugar do desvio.

Becker (2009) afirma que

---

[3] Pela lei brasileira prostituição não é crime, mas, além de ser uma atividade "moralmente criminosa", as prostitutas são normalmente presas por atentado ao pudor ou contra a ordem pública.

> Expressa de maneira mais geral, a questão é que o tratamento dos desviantes lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas. Em razão dessa negação, o desviante deve necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas. (p. 45)

De forma semelhante, Goffman (1988) formula sua concepção de carreira moral. Essa passa primeiramente por dois processos: a incorporação do ponto de vista dos normais acerca do estigma e a apreensão do próprio estigma. Goffman também ressalta a importância da relação que se tem com o estigma na interação com outros estigmatizados, com os iguais. "(...) é interessante considerar-se a fase de experiência durante a qual ele aprende que é portador de um estigma, porque é provável que nesse momento ele estabeleça uma nova relação com os outros estigmatizados" (p. 45). É de grande relevância notar a ambivalência dessa relação com outros estigmatizados que podem gerar oscilações no processo identificatório na forma de "ciclos de incorporação".

Ainda assim, será na relação com o grupo de iguais que o estigmatizado poderá reorganizar sua idéias, ressignificar sua existência e o próprio estigma. Isso é percebido na grande importância dada pelas travestis ao contato com outras travestis que as permite não apenas um aprendizado como também a possibilidade de se localizar socialmente. Ao mesmo tempo o benefício deste contato pode ser negado por algumas que venham a se identificar como transexuais, por não se considerarem parte "deste mundo marginal"; como no caso de uma transexual que mudou seu nome feminino ao descobrir que o nome que havia escolhido era o de uma travesti que se prostituía numa avenida do bairro.

Até este momento, levantamos dois pontos de deslizamento entre as carreiras travesti e transexual; diferença de classe e uma certa "moralidade" higienizante. É válido colocar as considerações de Benedetti (2006) sobres tais diferenças:

> As transexuais dominam uma linguagem médico-psicológica refinada, apóiam-se em escritos científicos dessas disciplinas (...), evidenciam as diferenças entre sua condição e a das travestis por meio de argumentos e razões fundamentadas nas noções de patologia e desvio, crêem-se doentes e deduzem que o tratamento e a cirurgia podem ser o instrumento de correção ou de ajustamento de seu corpo à sua personalidade. Essas concepções estão relacionadas à origem de classe. As informantes que se auto-identificam como transexuais, possuem, via de regra, maior escolaridade; têm, portanto, acesso a bibliografias técnicas sobre o assunto com mais facilidade e situam-se mais próximas socialmente das explicações institucionais e científicas sobre a questão. (p. 113)

É importante localizar historicamente o trabalho de Benedetti,. Esse é o momento que se inicia os procedimentos transexualizadores em hospitais públicos do Brasil, ainda em caráter experimental. Já no trabalho de Bento (2005), realizado em parte no âmbito hospitalar, muitas são as pacientes do processo transexualizador oriundas das classes populares. Acreditamos que o acesso a informação médico-psicológica e aos serviços de saúde especializados são pontos fundamentais, mas não determinantes, no deslizamento da carreira travesti para a carreira transexual. Essa situação faz com que a classe já não seja um determinante único, apesar de ainda muito relevante, mas a possibilidade de incorporação de uma categoria médica como identidade deve ser incluída em nossa compreensão.

Sendo assim, dentro das várias formas de vivência de gênero, poucas são as características diferenciadoras no universo de travestis e transexuais. Mesmo assim, essa diferenciação passou a ser importante no diagnóstico que autoriza o acesso aos serviços

de saúde oferecidos no processo transexualizador do SUS. Esse barreira colocada ao acesso nos parece ser produtora de uma identidade transexual. Mais uma vez, é a imposição de uma regra, um protocolo diagnóstico, que constrói uma suposta posição de gênero rigidamente feminina em transexuais em oposição a uma ambigüidade travesti. Nesse sentido, não deveríamos falar de uma **diagnose**, mas de uma **perícia**, que tem por finalidade identificar o grau de adesão do indivíduo à categoria psiquiátrica de TGI. Consideramos, portanto, que essa questão deve ser alvo de maior atenção no campo das políticas públicas de saúde, uma vez que apenas aquelas aprovadas pelo diagnóstico/perícia podem ter acesso a uma terapia hormonal orientada, assim como a aplicação de silicone sem os inúmeros riscos presentes quando tais procedimentos são realizados no espaço doméstico.

Referências

BECKER, H. S. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 231p.

BENEDETTI, M. R. *Toda Feita*: O corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144p.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo*: gênero e sexualidade na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256p.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.

KULICK, D. *Travesti*: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 280 p.

SILVA, H. R. S. *Travesti*: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ISER, 1993. 176p.